

## GREVE E SINDICALISMO DOCENTE: INSTRUMENTOS CONTRIBUTIVOS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Valdegil Daniel de Assis  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB (Brasil)  
Endereço eletrônico: danielassis60@gmail.com

Vanusa Nascimento Sabino Neves  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB (Brasil)  
Endereço eletrônico: pbvanusa@gmail.com

Raquel do Nascimento Sabino  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB (Brasil)  
Endereço eletrônico: raquelsabino26@gmail.com

1507

### INTRODUÇÃO

Sob os ditames do neoliberalismo, ou como alguns já classificam, ultraliberalismo, e diante dos reflexos deletérios da crise da Covid-19 que assola com muito mais ímpeto a população mais vulnerável, no Brasil, o trabalho docente segue desvalorizado. Como identificado por Neves, Fialho e Machado (2021), a precarização do trabalho docente está potencializada pela mitigação dos direitos trabalhistas devido às novas requisições do ensino remoto emergencial, à exaustão física e emocional, às vulnerabilidades sociais de alunos e de diversos professores, inclusive aquelas inerentes ao acesso e ao manejo das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), entre tantas outras contradições que perpassam as diversas categorias na interface História da Educação e políticas educacionais.

Diante desse cenário desafiador, exsurge a relevância das entidades sindicais dos professores, por serem representantes e defensoras dos interesses da categoria (ASSIS *et al.*, 2021). Dentre os mecanismos de resistência contra os vilipêndios estabelecidos pelo Capitalismo Ultraliberal, o presente estudo centra ênfase na greve como direito Constitucional e como estratégia sindical em defesa de uma “melhor” História da Educação, principalmente, porque a valorização docente reflete na maior efetividade do processo ensino-aprendizagem.

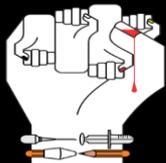
As perguntas geradoras deste estudo consistem em: que funções exercem os sindicatos na defesa dos professores e como podem contribuir para a História da Educação? Em busca de respostas, desenvolveu-se uma pesquisa científica, conforme especificada no segmento metodológico, com o objetivo de compreender, a partir do modelo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa

Realização:



Apoio:





(SINTEM), Estado da Paraíba, o papel sindical em prol da valorização da categoria profissional docente e da qualidade educacional.

De antemão, este texto é inspirado em um recorte da Dissertação de Mestrado intitulada “Valorização Docente no Município de João Pessoa: o papel do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (2007-2017)”, que foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2019<sup>1</sup> (ASSIS, 2019).

1508

## METODOLOGIA

Trata-se de um aprofundamento de um recorte temático extraído da Dissertação de Mestrado em Educação mencionada no parágrafo anterior. O estudo de abordagem qualitativa, é bibliográfico e documental, que analisa o sindicalismo docente e ao direito de greve à luz do materialismo histórico dialético. Em específico, a greve como instrumento de enfrentamento dos trabalhadores da educação contra a exploração capitalista que tenta macular, ainda mais, a História da Educação, por impor subalternidade aos professores e mitigar direitos conquistados com suor e “sangue”.

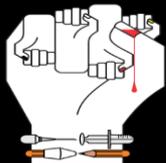
O estudo foi isento de apreciação e autorização pelo Comitê de Ética, em razão de suas especificidades metodológicas, porém os autores respeitaram todos os princípios éticos e legais, inclusive os direitos autorais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As greves inaugurais no Brasil datam do século XX e eram relacionadas aos anseios dos trabalhadores industriais e urbanos subjugados ao progresso urbano e industrial da Região Sudeste (CRUZ, 2008). Tais operários organizaram-se em associações sindicais para reivindicar direitos sociais e trabalhistas. Nesse movimento, a greve geral de 1917 é um marco notável (NUZZI, 2017), mas o autoritarismo ditatorial da Era Vargas e do Regime Militar repreenderam veemente os grevistas, cujas mobilizações somente reiniciaram a partir de 1970 (CRUZ, 2008; RÊSES, 2008).

Na seara educacional, a precarização do trabalho docente impulsionou os movimentos reivindicatórios ocorridos de 1970 a 1980, por diversas vezes, sob severas retaliações, até que, a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) concedeu assento

<sup>1</sup> Em memória ao Professor e Líder Sindical Dr<sup>o</sup> Luiz de Sousa Júnior, drasticamente ceifado pela pandemia da Covid-19.



privilegiado ao direito de greve, cujo exercício passou a contar com a participação ativa das organizações sindicais dos trabalhadores da educação.

Em referência às conquistas conduzidas pelas entidades sindicais, o paradigma, no presente estudo, é o SINTEM. Dentre as principais mobilizações e resultados desse sindicato, documentam-se: a greve deflagrada em 29/04/2009, que resultou no reajuste salarial de 10% para ativos e inativos; e a iniciada em 16/03/2015 e que, após longas negociações e embates, inclusive com judicialização, no final do ano de 2015, obteve-se um reajuste salarial de 8, 21%, em conformidade as fotografias a seguir:

1509



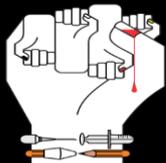
Figuras 1 e 2: mobilizações dos professores de João Pessoa PB em 2015

Fonte: dados da pesquisa obtidos no arquivo SINTEM (2019)

Outra conquista de importância histórica para a categoria dos docentes de João Pessoa, relatada no estudo, foi implantação do Plano de Cargos Carreiras e Remuneração (PCCR) do Magistério Municipal, Lei nº 8. 682, aprovada em 28/12/1998, conferindo o legado a João Pessoa ser a primeira capital brasileira a aprovar um PCCR (JOÃO PESSOA, 1998). Tal lei foi fruto de cobranças e mobilizações dos docentes os quais participaram através do sindicato da comissão de elaboração.

No ano de 2010, o PCCR foi alterado em razão da necessidade de adequação à legislação nacional, contemplando garantias advindas do Lei do Piso Salarial Nacional, assim como antigas reivindicações da categoria, quais sejam: progressão funcional horizontal a cada três anos; docência para os cargos de direção de escola; ampliação da remuneração composta por vencimento e docência e estabelecimento de maior valorização salarial entre uma classe e outra mediante a titularidade.

Tais enftretamentos, na perspectiva filosófica, crítica e histórica, de inserção dos atos humanos como essenciais a formulação histórica, social, econômica, cultural, entre outras, podem ser melhor compreendidos pelas lentes do materialismo histórico dialético,



para desvelar as contradições da realidade opressora e propôs meios de superação (GOMES, 2001), com isso conferir novos significados a existência humana.

## CONCLUSÕES

A partir do modelo do SINTEM é perceptível a reafirmação do direito coletivo constitucional da categoria dos professores contra as opressões do Capitalismo Ultraliberal.

Na interseção das diversas categorias que contribuem para a historiografia educacional brasileira, este estudo lançou luz à compreensão de que, na construção do conhecimento histórico educacional, múltiplos enfoques podem se conciliar, assim como o exercício social e constitucional das funções sindicais, que também contribui para o melhor curso da História da Educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho docente. Sindicalismo. Greve. História da Educação.

## REFERÊNCIAS

ASSIS *et al.* **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 15, n. 33, p. 929-944, 2021. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 01 mai. 2022.

ASSIS, V. D. **Valorização docente no município de João Pessoa: o papel do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (2007-2017)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2019.

COELHO, V. O retorno da agenda neoliberal: os “ultraliberais” e o ataque à Justiça do Trabalho. **Revista de História da UEG**, v. 9, n. 2, p. e922019, 2020.

CRUZ, H. L. **Condições históricas do sindicalismo docente de educação básica**. 2008. 301f. Tese (Doutorado em Sociologia): Universidade de Brasília: Brasília, 2008.

GOMES, Alberto Albuquerque. Considerações sobre a pesquisa científica: em busca de caminhos para a pesquisa científica. **Intertemas**, v. 5, p. 1-16, 2001.

JOÃO PESSOA. Lei nº 8.682 de 26/12/1998. **Plano de Cargos Carreira e Remuneração dos Profissionais de Educação do Município de João Pessoa**.

NEVES, V. N. S.; FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S. Trabalho docente no Brasil durante a pandemia da Covid-19. **Educação Unisinos**, v. 25, p. 1-18, 2021. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/23128/60748744>. Acesso em: 3 mai. 2022.

NUZZI, V. Greve geral no Brasil: dos anarquistas ao 'derruba o general'. **Revista do Brasil**, 2017. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/127/greve-geral-ha-100-anos-quando-o-povo-foi-as-ruas>. Acesso em: 10 mai. 2022.

RÊSES, E. S. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, 2008.